

| * continuação | | Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 do Banco De Lage Landen Brasil S.A. (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma) | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------|--|--|--|--|------|-------------|-----------|-----------|-------|-------|-------|---|-----|---|--------------|------------|--------------|--|
| <p>b. O Banco patrocina Plano de Previdência Complementar para seus colaboradores e Administradores, que assegura com que recursos financeiros sejam acumulados durante a carreira profissional. As contribuições são realizadas parte pela Patrocinadora e parte pelo próprio participante. A Contribuição Patronal foi no montante de R\$ 361 no semestre e R\$ 686 no exercício de 2022 (R\$ 549 em 2021). A modalidade do Plano de Previdência Complementar é de Contribuição Definida. c. Em atendimento às normas previstas no CPC nº 33 e Resolução nº 4.424 do CMN, de 25 de junho de 2015, a Administração efetuou uma avaliação preliminar com o propósito de identificar e determinar o montante dos passivos atuariais relativos a benefícios a empregados. Esta avaliação concluiu que o Banco não possuía passivo com essas características em 31 de dezembro de 2022 e 2021.</p> | | <p>27. Resultados não recorrentes: De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020, determina-se que o resultado não recorrente trata-se do resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados não recorrentes estão compostos da seguinte forma:</p> | | <p>28. Eventos Subsequentes: Em 17 de março de 2023, na Assembleia Geral Extraordinária, os controladores aprovaram aumento de capital no valor de R\$ 75.002. O aumento do capital social foi realizado por meio da capitalização de recursos em moeda e subscrição de novas ações. Dessa forma, o Capital Social do Banco De Lage Landen Brasil passou a ser R\$ 802.026 (R\$ 727.024 em 31/12/2022) e se encontra em processo de homologação pelo Bacen.</p> | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2022</th> <th>2021</th> </tr> <tr> <th>2º Semestre</th> <th>Exercício</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>(278)</td> <td>(110)</td> <td>1.767</td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>720</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>(278)</td> <td>610</td> <td>1.767</td> </tr> </tbody> </table> | | 2022 | | 2021 | 2º Semestre | Exercício | Exercício | (278) | (110) | 1.767 | - | 720 | - | (278) | 610 | 1.767 | <p>29. Outros assuntos: O Banco DLL, efetuou um levantamento dos seus processos e, baseada na opinião de seus consultores legais, informa que neste momento não foram identificados casos que pudessem representar impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes de decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária ocorrida em 08/02/2023.</p> |
| 2022 | | 2021 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2º Semestre | Exercício | Exercício | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| (278) | (110) | 1.767 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| - | 720 | - | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| (278) | 610 | 1.767 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>Fernando Valderrábano Vázquez - Diretor Presidente Alberto Flores Rosa - Diretor Executivo Ricardo Pegorini - Diretor Executivo</p> | | <p>Luiz Eduardo da Fonseca Hartmann - Diretor Executivo Paulo Ricardo Magalhães Rocha - Diretor Executivo Anderson Juliano dos Santos - Diretor Executivo</p> | | <p>Guilherme Pieri Pacheco - CRC RS 098418/O-5 - Gerente Contábil Claudio Miromi Schutz Mengue - CRC RS 056825/O-8 - Especialista Contábil</p> | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>Aos Administradores e Acionistas Banco De Lage Landen Brasil S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco De Lage Landen Brasil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco De Lage Landen Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria da Instituição. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>Porto Alegre, 27 de março de 2023</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>pwc PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP00160/O-5</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>Marcelo Luis Teixeira Santos Contador CRC 1PR050377/O-6</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

-  agencias@jornaldocomercio.com.br
-  comercial@jornaldocomercio.com.br
-  (51) 3213-1333 / 3213-1338
-  (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC